

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO CONTEXTO DE PANDEMIA: DIÁLOGOS COM PROFISSIONAIS DA/NA
EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Ana Lúcia Sodré de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
alsodre75@gmail.com

Andressa Caetano Mafezoni
Universidade Federal do Espírito Santo
andressamafezoni@yahoo.com.br

Adriana Cristina Gomes Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
professora.adri6@gmail.com

Jair Ronchi Filho
Universidade Federal do Espírito Santo
jarofi310562@gmail.com

Introdução

Diante do contexto da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) nesse ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) traçou uma série de orientações, recomendando o distanciamento social como estratégia principal no combate à propagação do vírus. As escolas de todo o Brasil, viram-se diante da necessidade de rever suas ações e práticas pedagógicas. No estado do Espírito Santo, as aulas foram suspensas no dia 17 de março e algumas modificações passaram a ser pensadas para enfrentar este momento emergencial. Na rede de ensino de Vitória/ES, deixou de frequentar as aulas presenciais, o quantitativo de 45.354 estudantes, sendo 26.671 matriculados no Ensino Fundamental, 16.919 na Educação Infantil e 2.364 na Educação de Jovens e Adultos. Desse total, 1.759 são estudantes público-alvo da modalidade educação especial, ou seja, são alunos que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial. Conforme a Política de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva “[...] incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil [...] estudantes com altas habilidades/superdotação [...]” (BRASIL, p. 11, 2008). Mediante os desafios que se apresentam, objetivamos descrever e publicizar alguns movimentos e seus desdobramentos envolvendo professoras/es da modalidade educação especial, pedagogas/os, tradutores/as e intérpretes de Libras da rede municipal de ensino de Vitória/ES que atuam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na

Educação de Jovens e Adultos. A Política Municipal de Educação Especial (VITÓRIA, 2018), no que se refere ao trabalho colaborativo, aponta para ações coletivas e de apoio mútuo entre o professor da sala comum e o professor de educação especial, fortalecido nos momentos de planejamentos individuais e coletivos. Assim, o ensino em colaboração “[...] é um serviço de apoio à inclusão escolar que envolve o trabalho em parceria entre um professor de Educação Especial e um professor do ensino comum em sala de aula”. (VILARONGA; MENDES; ZERBATO, 2016, p.67). Nesse sentido, apoiados nas obras de Paulo Freire que nos instigam a pensar no diálogo como necessidade humana, compreendemos que “[...] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 2005, p.91); é no encontro que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos. Portanto, neste momento de pandemia, é mister intensificar a perspectiva dialógica, com o intuito de produzir a ação-reflexão-ação com/entre os profissionais especialistas e generalistas. Considerando o impacto causado pelo distanciamento social nos modos de vida, houve a necessidade de construir novas perspectivas de trabalho, o que implicou, entre outros aspectos, reconhecer as condições de desigualdade social das famílias e dos estudantes, que apontaram dificuldades no acesso às atividades disponibilizadas pela rede de ensino de Vitória, inclusive nas plataformas digitais. Tal realidade intensificou a busca por criar/inventar novas/outras práticas pedagógicas de comunicação com as famílias e os estudantes por meio do uso das redes sociais (*YouTube, Facebook, WhatsApp, Instagram*), bem como disponibilizar materiais acessíveis, entre os quais os cadernos de atividades complementares impressos e entregues aos estudantes surdos e/ou com deficiência visual e a seus familiares, traduzidos na Língua Brasileira de Sinais (Libras), e em áudio. Esse trabalho foi realizado pelos professores de Libras, bilíngues, tradutores e intérpretes com a parceria da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Vitória que editou e publicou no canal da TV SEME no *YouTube*.

Nesse cenário, outras particularidades das famílias, como a contaminação pelo vírus, a perda de emprego, a separação conjugal, e as crises enfrentadas pelos estudantes foram evidenciadas. Tais situações, têm instigado a escuta sensível e atenta por parte dos profissionais da educação, a fim de mitigar o enfrentamento dos diversos desafios apresentados, por meio de ações coletivas, que contam com o apoio da rede intersetorial, a saber: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de

Apoio Psicossocial (CAPSi), a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), o Conselho Tutelar, entre outros setores. Nessa realidade pandêmica, é necessário assumir políticas públicas intersetoriais que garantam o direito à educação. Parafraseando Arroyo, entendemos que não existe uma escola pública em abstrato. Ela é feita de sujeitos concretos, uma vez que: “[...] em cada tempo, quem define a função da escola pública, quem define o sentido do direito à educação, são os sujeitos desse direito e as condições materiais e culturais em que produzimos todos os seus direitos” (ARROYO, 2007, p.136). O direito de aprendizagem e desenvolvimento evoca a garantia do acesso ao conhecimento e se efetiva na função social da escola como *lócus* de produção do conhecimento, da aprendizagem e da formação humana. Melo e Mafezoni (2019, p.104), ao discutirem sobre o direito de aprender dos estudantes público- alvo da modalidade educação especial, evidenciam que “[...] a escolarização de pessoas com deficiência deve se realizar a partir dos mesmos parâmetros e objetivos daquela destinada às pessoas sem deficiência [...]”, diferenciando-se nas técnicas, nos instrumentos e nos métodos didático-pedagógicos oferecidos.

Metodologia

O foco deste relato é de caráter descritivo e compõe a experiência vivenciada, neste momento de pandemia, com/pelos profissionais da rede de ensino de Vitória/ES no acompanhamento aos 1.759 estudantes público-alvo da educação especial. No relato, a descrição reflete, em um contexto social mais amplo, o modo como os sujeitos envolvidos foram afetados, significando as situações vividas. Apontamos a identificação das possibilidades/impossibilidades de acesso aos recursos tecnológicos digitais por parte de famílias e estudantes; a necessidade de intensificar a escuta sensível a todos os sujeitos envolvidos, implicada na construção de dispositivos pedagógicos para o enfrentamento dos diversos desafios, bem como orientar as equipes gestoras das unidades de ensino, composta por diretor/a, pedagogo/a e coordenador/a com vistas a fortalecer/continuar os vínculos e as conexões com as famílias, minimizando a evasão e o abandono escolar. Nesse contexto, nos diálogos estabelecidos com os profissionais, buscou-se reafirmar os princípios da educação especial numa perspectiva inclusiva no que se refere ao direito, ao acesso, à permanência e à aprendizagem na escola de ensino regular. Desse modo, no período da pandemia, três eixos foram cruciais para nortear o trabalho dos profissionais envolvidos no âmbito das unidades de ensino em um processo

de colaboração: 1) busca ativa, que consiste em contato com famílias e estudantes público-alvo da modalidade educação especial, utilizando os meios disponibilizados na escola (telefone, *WhatsApp*, *Meet*), entre outros, em parceria com a equipe gestora da unidade de ensino; 2) planejamento e realização do ensino de forma colaborativa entre os profissionais; 3) registro das ações pedagógicas realizadas com os estudantes público- alvo da modalidade, em instrumento específico, dialogado com os profissionais em reuniões de trabalho e disponibilizado às unidades de ensino.

Resultado e Discussão

Nos movimentos que se instalaram nos processos educacionais à Covid-19 e tomando a perspectiva dialógica na produção da ação-reflexão-ação, foram realizados 28 encontros virtuais pelo aplicativo do *Google Meet*, no período de maio a julho de 2020, perfazendo 60 horas, contemplando 367 professores/as da modalidade educação especial, 425 pedagogos/as e 11 tradutores e intérpretes de Libras. Esses encontros dialógicos propiciaram relatos de experiências que evidenciaram o fortalecimento dessa rede de apoio e revelaram a potência do ensino colaborativo, ao apontarem que, na comunicação com a família e os estudantes, *“o principal é estabelecer o vínculo e alinhar as falas nas ações coletivas* (Relato de professora de educação especial); *“os encontros virtuais com os estudantes são muito potentes”* (Relato de pedagoga).

Sabe-se que há muito a avançar na superação dos desafios, mediante as limitações interativas que definem a condição de distanciamento físico dos estudantes, o que causa a fragilidade de manutenção de vínculos e mediações pedagógicas. Freire ressalta que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, mesmo que seja difícil. Nesse contexto, os pressupostos freireanos apontam que o desenvolvimento humano se efetiva por meio das relações sociais em diferentes situações, especialmente pela via da educação, que deve ser estabelecida numa relação pedagógica democrática, horizontal, dialógica e com respeito à autonomia do educando (FREIRE, 2016).

Com a utilização das redes sociais nos movimentos, destacamos o potencial de mediação dos profissionais que convocam e sustentam a manutenção do vínculo e a atividade de estudo. Falar com seus professores gera nos estudantes uma aproximação com a ambiência escolar, com as práticas que promovem ensino e aprendizagem, potencializando a vontade de manter-se vinculado à escola.

Conclusão

O contexto de pandemia tem apresentado muitos desafios para a educação brasileira, induzindo os sistemas de ensino a reinventarem suas práticas pedagógicas. Neste relato de experiência, apresentamos algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais da/na rede municipal de ensino de Vitória, que, mesmo no atual cenário, tem assumido o processo de inclusão como um movimento político e ético potencializado nos diálogos estabelecidos com os profissionais que nela atuam, na busca de caminhos possíveis para o acesso dos estudantes público-alvo da educação especial, por meio de ações pedagógicas planejadas.

Dessa forma, para reafirmar a perspectiva da educação inclusiva a partir de princípios que abarquem a coletividade fortalecida no ensino colaborativo, objetiva-se intensificar o vínculo, a mediação e a interação com a família e com o estudante, a fim de viabilizar o acesso, a adequação e flexibilização curricular, na busca do direito de aprender. Desse modo, é fundamental destacar que as ações apresentadas neste relato reiteram a escola como mediadora dos processos de humanização, sensível à situação pandêmica que estamos vivenciando, com base em um processo educacional que seja inclusivo.

Referências

- ARROYO, M. A escola é importantíssima na lógica do direito à educação básica. *In*: COSTA, M. V. (Org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2020.
- FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MELO, D. C. F.; MAFEZONI, A. C. M. O direito de aprender e os alunos público-alvo da Educação Especial. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 41, n. 78, p. 101-115, jan./abr. 2019.
- VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G.; ZERBATO, A. P. O trabalho em colaboração para o apoio à inclusão escolar: da teoria à prática docente. **Interfaces da Educação**, v. 7, p. 66-87, 2016.

V
I
T
Ó
R
I
A
.
S
e